

**As ações do Estado Nacional e a trajetória política dos Guarani Ñandeva no Oeste do Paraná**

Carla Cristina Nacke Conradi\*

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo principal compreender o devir recente dos Guarani Ñandeva no Oeste do Paraná em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional. Com a construção da Usina a comunidade indígena foi reconhecida oficialmente pela Funai e depois de muitas negociações entre Usina, Funai e os índios, os Guarani foram assentados numa pequena área considerada imprópria para a sua organização socio-espacial. Todavia, foi nesse novo estabelecimento que eles reelaboraram suas práticas de luta e iniciaram um processo de denúncias, tanto no contexto nacional quanto internacional, sobre o descaso do Estado em relação à sua cultura e aos seus direitos. A partir desta mobilização política a recuperação de seu território tradicional (de 1500 hectares) foi possível. Conquistaram assim, o Tekoha Añetete.

**Palavras-chave:** Guarani, Oeste do Paraná, Hidrelétrica de Itaipu.

**Abstract:** This work has as main objective to understand Guarani Ñandeva recent in the west of Paraná due to the construction of Itaipu Hydroelectric. With the construction of the Itaipu Hydroelectric community was recognized officially by Funai after a lot of negotiations among Itaipu Hydroelectric, Funai, and the Indians, the Guarani was stated in a small area considered for your partner-space organization. However, it was in this new establishment that they observe your fight practices and they began a process of accusations, at the context of national and international, on the negligence, in relationship a culture and your rights. Starting from this political mobilization the recovery of your territory traditional (1500 hectares) it was possible. They conquered like this, the Tekoha Añetete.

**Keywords:** Guarani, West of Paraná, Hydroelectric of Itaipu.

Este artigo faz parte da dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal da Grande Dourados, que tinha como objetivo principal discutir as ações desenvolvidas pela comunidade Guarani Ñandeva, na região Oeste do Paraná, quando teve seu território desapropriado pelo Estado para a construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional. As posturas assumidas pela Itaipu, Funai e Inbra, no episódio da construção da Usina, com relação às populações indígenas, também foram levadas em conta no trabalho. A Itaipu foi construída na década de 1970, em um acordo com o Paraguai,

---

\* Mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados, professora do curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Pesquisa desenvolvida com bolsa do CNPq.

portanto, um empreendimento binacional, com o objetivo de aproveitar o potencial hidráulico do rio Paraná.

Minha experiência como estagiária voluntária, junto ao CEPEDAL (Centro de Estudos Pesquisas e Documentação da América Latina), sob a orientação da professora Dra. Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro, representou o passo inicial para o desenvolvimento deste trabalho. O objetivo era a organização de documentos escritos provenientes da Usina Hidroelétrica Itaipu Binacional, referentes ao envolvimento e conflitos entre os emissários da empresa, da Funai e do Incra, e os Guarani que habitavam a região Oeste do Paraná. Tal acervo documental constituiu-se como fontes basilares dissertação.

O processo de ocupação do Oeste do Paraná pela sociedade nacional se desenvolveu a partir da usurpação dos territórios indígenas, uma vez que já ficou comprovado que nesta região existiam comunidades indígenas dotadas de organização social e espacial significativas. O contato interétnico se deu mais acirradamente com o processo de colonização do período de 1940 a 1960, quando o Estado brasileiro objetivou ocupar o espaço e transformá-lo em produtivo. Posteriormente, o mapeamento e planejamento da construção da Usina de Itaipu resultou na *descoberta* de indígenas no oeste paranaense, e, conseqüentemente, o seu reconhecimento oficial pela Funai. Tal reconhecimento, no entanto, não garantiu à comunidade a manutenção de seu último espaço tradicional, denominada Jacutinga.

A partir do reconhecimento oficial desenvolveu-se toda uma política de negociações entre Itaipu, Funai e Incra de um lado, representando os interesses do Estado, e de outro, o Conselho Indigenista Missionário e Associação Nacional de Apoio ao Índio e os Guarani, que culminou na demarcação da reserva Indígena Santa Rosa do Oco'y em 1982, assentamento a comunidade em uma área de 251,15 hectares.

Os órgãos ligados às negociações da nova terra, de Santa Rosa do Oco'y, percebiam que os problemas em relação à sociedade indígena e, mais especificamente à questão territorial, estavam definidos e resolvidos, sendo que cada integrante das discussões assumiu suas responsabilidades, e, dentro deste grande conjunto, tudo estava ordeiro. Ora, se o problema era o deslocamento desta população para uma nova área, isso já havia sido concretizado.

Veremos, no entanto, que novos acontecimentos surgem no mesmo território envolvendo a mesma comunidade indígena. É importante salientar que estas contingências incomodaram a Usina de Itaipu e muitas foram decorrentes da mobilização indígena dos

Guarani que organizaram práticas para solucionar os problemas conseqüentes da política empregada pela Usina, mas, acima de tudo, para viabilizar a reivindicação dos 1.500 hectares indígenas usurpados pela sociedade nacional desde os primeiros anos de contato.

Uma vez que o processo de reconhecimento do grupo indígena pela sociedade nacional se deu de forma errônea, juntamente com a proposta de seu assentamento, resultando assim nos diversos problemas enfrentados por tal coletivo desde os primeiros anos ali vividos. Duas questões ainda não foram resolvidas: por que os Guarani aceitaram a área oferecida pela Itaipu, e, será que os índios não sabia que tal área poderia trazer no futuro problemas para sobrevivência do grupo?

Por meio de consulta minuciosa à documentação, iniciei um processo de investigação e, após algumas análises, procurei produzir a trajetória dos acontecimentos. Na carta escrita pelos Guarani em 22 de março de 1982, ou seja, dois meses antes de terem aceito a nova terra – 12 de maio de 1982 – a fala dos mesmos era enfática:

*Essa proposta da Itaipu é de reassentar nessa comunidade em 121 ha de terra. Parece que a Itaipu não entendeu a nossa carta de dia 05 de fevereiro, onde nós já explicamos que só aceitamos sair da nossa terra para ir para uma outra que ofereça condições de vivermos no nosso sistema.<sup>1</sup>*

A possibilidade de aceitar a terra estava longe de ser considerada. Isso denota que, para além de uma política de preservação de sua terra, logo também de sua cultura diferenciada, o trecho acusa que a comunidade indígena tinha a consciência do processo de usurpação de sua terra.

*Essa terra proposta pela Itaipu é muito pequena para o guarani viver. No nosso sistema os ranchos ficam longe um do outro, e essa terra é muito pequena para fazer desse jeito. Também as roças não vai dar para fazer no sistema guarani, por causa da terra ser muito pequena. Tem que fazer cemitério, e o lugar aqui é muito pequeno. Como, então, vamos enterrar nossos mortos? Além disso tudo, não podemos perder 1500 ha e receber 121 ha. A lei garante 1500 ha para nós, mas a Itaipu parece que não quer conhecer a lei.<sup>2</sup>*

---

<sup>1</sup> DOC. 23: Pasta 1982, Seção: Correspondência, Assunto: Solicitação de área maior e recusa da área proposta pela Itaipu, Data: 22.03.1982, Local: Aldeia Oco'y, São Miguel Do Iguaçu/PR. Emitente: Comunidade Guarani do Posto Indígena de Santa Rosa do Oco'y. Destinatário: Funai.

<sup>2</sup> DOC. 23: Pasta 1982, Seção: Correspondência, Assunto: Solicitação de área maior e recusa da área proposta pela Itaipu, Data: 22.03.1982, Local: Aldeia Oco'y, São Miguel Do Iguaçu/PR. Emitente: Comunidade Guarani do Posto Indígena de Santa Rosa do Oco y. Destinatário: Funai.

Quanto à possibilidade de os índios não perceberem que a área traria futuramente problemas à sobrevivência e uma possível desestruturação do grupo, essa hipótese está descartada também.

Outro documento instigante é uma segunda carta da comunidade endereçada à Itaipu, uma semana antes do aceite final. Na carta eles exigem uma reunião na aldeia Jacutinga, para resolver o problema da terra definitivamente e desmentir supostos boatos que teriam saído nos jornais locais, afirmando que os índios haviam aceitado a proposta da Itaipu. Tal ação é, antes de tudo, uma forma de trazer a Itaipu para dentro de seu território e assim discutir e resolver de forma igualitária a questão. Mas o documento ainda enfatiza uma posição contínua, ou seja, “tamo firme em não aceitar os duzentos equitares oferecido pela Itaipu. Aceitamo si a Itaipu nos der ária maior igual o que tinhamo antes. Nós estamo falando ei nome de todo os guarani que mora na Aldeia Rio Coi e Rio Jacutinga (sic)”.<sup>3</sup>

As respostas das perguntas feitas acima confirmam a percepção (já discutida na introdução deste trabalho) de que os grupos indígenas são agentes de sua história e atuantes em todos os momentos de contato com a sociedade nacional, seja esta atuação de luta, de resistência ou de adaptação. Conseqüentemente, é estimulante saber o porquê de eles terem aceitado terra inadequada, mudando de idéia em poucos dias. Obviamente que a proposta da Itaipu há tempos era estudada pelos Guarani, e a cogitação parece ser sempre na negação da terra, mas pode-se também indagar que esta constante negação foi uma tática para a conquista de algo melhor, aliás muito melhor, pois o sonho/meta dos 1500 hectares nunca foi abandonado.

No dia seguinte à celebração do acordo entre Itaipu e os índios Guarani, Juvêncio Mazzarollo, identificando-se como documentarista, foi até a reserva Indígena objetivando averiguar denúncias de que os índios estariam passando por diversas dificuldades, desde auxílio à alimentação, vestuário, saúde e adaptação à nova área. Posteriormente, Mazzarollo elaborou uma carta descrevendo a situação em que encontrou os indígenas, discutindo todo o processo de desolação em que a comunidade estava inserida, advogando em favor do grupo em todos os momentos do documento. Para tanto anunciou que fora constituído um Comitê Pró-Índios do Ocoí, comitê encarregado “de prestar-lhe uma ajuda de emergência e de encaminhar a questão a quem de direito ou a entidades destinadas a esse tipo de atuação”.<sup>4</sup> O

---

<sup>3</sup> DOC. 15: Pasta: 1982, Seção: Correspondências, Data: 06.05.1982, Local: Aldeia Guarani, Rio Ocoí, Rio Jacutinga. Emitente: Pedro Avalos; Terezino Centurião; Fernando Martins; Lucas Vilalba; Casimiro Pereira; João Centurião; Inocêncio Acosta; (ilegível) Centurião e Delassanto Pereira. Destinatário: ITAIPU e FUNAI.

<sup>4</sup> DOC. 24: Pasta: 1982, Seção: Relatório, Assunto: Denuncia do estado de abandono em que se encontrava o grupo indígena Guarani, Data: 22.05.1982, Local: Foz do Iguçu/PR. Emitente: Comissão Pró-Índio do Ocoí.

documento escrito por ele foi a primeira ação desenvolvida pela Comissão e foi enviado a vários órgãos: Itaipu, CIMI, Funai, Comissão de Justiça e Paz, parlamentares e a imprensa.

*Cientes que deveriam abandonar sua área a qualquer momento – mas sem nunca saber quando -, os índios pararam de plantar, de modo que há mais de um mês esgotaram-se os poucos gêneros alimentícios por eles cultivados. Em tais situações, costumavam eles trabalhar como bóias-frias em fazendas próximas à sua aldeia, recebendo pelo trabalho entre 300 e 800 cruzeiros por dia, com o que os índios compravam artigos que lhes faziam falta. Acusam porém que em muitos casos os patrões negaram-se a pagar até mesmo este soldo, sob pretextos os mais escandalosos possíveis. Ocorre que hoje a área do Reservatório que será formado em outubro próximo está completamente abandonada, não havendo lavouras que possam dar emprego para os índios, mesmo que fosse sob o regime de exploração a que se submetiam. Ademais, eles não se atrevem a buscar recursos de subsistência fora dos estreitos limites de sua área em virtude de forte medo acumulado durante anos e anos de ameaças partidas dos grileiros de terras.<sup>5</sup>*

Deveriam deixar suas terras em algum momento, mas isso não iria significar deixá-las sem lutar, pois, antes de iniciar as negociações com os agentes da Itaipu e Funai, por uma nova área, e após a constatação que a terra ocupada seria alagada, a sociedade indígena não acreditava que a inundação poderia acontecer. Não é fácil pensar que o rio iria afundar aquelas terras, e tudo o que estivesse nelas. Perceberam, contudo, que isso não seria o grande problema a ser enfrentado, mas sim a gigantesca ação conjunta entre os órgãos estatais de teimar em construir uma Usina – obviamente sem sentido nenhum para eles – em seu território.

A desestruturação organizacional no modo de viver dos Guarani é constatada quando estes sujeitos não têm mais tempo e significado para trabalhar a terra, seguir suas tradições e costumes em relação às suas práticas culturais. Todavia a dinamicidade da cultura é percebida também, quando estes ressignificam suas ações na luta organizando-se na defesa da terra, depois na obtenção da conquista dos 1500 hectares, que concebem como seu território.

A carta de Juvêncio apresenta os Guarani do Oco'y enquanto grupo étnico aculturado, atrasado, frágil, sem culpa de terem suas terras usurpadas, alheios ao processo de modernização da sociedade nacional, constatando que “se trata de uma tribo sem iniciativas e

---

<sup>5</sup> DOC. 24: Pasta: 1982, Seção: Relatório, Assunto: Denúncia do estado de abandono em que se encontrava o grupo indígena Guarani, Data: 22.05.1982, Local: Foz do Iguaçu/PR. Emitente: Comissão Pró-Índio do Ocoí.

incapaz de qualquer resistência. Os índios não têm, por exemplo, um artesanato que se apresente como original e próprio”.<sup>6</sup>

Esta questão foi explorada por Rinaldo Sérgio Vieira Arruda (2001), quando o mesmo discutiu a visão negativa que a sociedade nacional quase sempre faz dos grupos indígenas. Sociedades rotuladas como imutáveis são aos poucos melhor entendidas pela Antropologia e pela História quando se estabeleceu novos conceitos e parâmetros para se estudar os grupos existentes no Brasil. Descobre-se, então, que não estão fadados ao desaparecimento, mas sim que são parceiros do presente e do futuro. Estes estão constantemente ressignificando os signos de sua cultura. Para aludir a esta questão, Arruda estabelece o conceito de campo de intermediação, para mostrar a dinâmica das relações entre os povos indígenas e a sociedade nacional.

*Os povos indígenas reproduzem suas sociedades e culturas num campo social – o campo de intermediação – que “compatibiliza” as relações entre as sociedades indígena e a nacional. Este campo, marcado por relações de conflito e por visões de mundo contraditórias e excludentes, constitui-se na interpretação das dinâmicas da sociedade indígena e da sociedade envolvente (ARRUDA, 2001: 51).*

O que o autor está discutindo é a ressignificação dos signos da cultura, questão já trabalhada também por Marchal Salihns (1990). O contato, o campo de intermediação é um espaço de reorganização, ou seja, “nesse espaço social torna-se impossível distinguir sociologicamente as dinâmicas internas à vida tribal das externas [...] configurando uma luta de resistência de um sujeito histórico reduzido à subordinação, que se redefine na defesa de sua existência como povo singular” (ARRUDA, 2001: 51).

Não há, todavia, como estabelecer uma descaracterização cultural dos Guarani pelo episódio do embate com a sociedade nacional pela construção da Usina, pois não se concebe o contato interétnico pautado na aculturação. Talvez a sua forma organizacional foi afetada, mas a cultura não sendo estática, presa, se reelabora, redefinindo até mesmo a imagem que a sociedade indígena faz de si mesma. Aceitar a terra não foi parte desta ressignificação?

Conforme Sylvia Caiuby Novais (1993), a descaracterização cultural dos grupos indígenas foi amplamente difundida por inúmeros estudos de aculturação sobre grupos indígenas no Brasil. A cultura seria um produto acabado, um acúmulo de traços culturais e genéticos passados como herança social, mas que poderiam ser perdidos frente ao contato.

<sup>6</sup> DOC. 24: Pasta: 1982, Seção: Relatório, Assunto: Denúncia do estado de abandono em que se encontrava o grupo indígena Guarani, Data: 22.05.1982, Local: Foz do Iguaçu/PR. Emitente: Comissão Pró-Índio do Ocoí.

Um processo de mudança social percebido como substituição de elementos da cultura tradicional por outros da cultura dominante (1993: 40).

*Esta perspectiva permite perceber a situação de contato não como a destruição de modos tradicionais de vida, mas como um processo que leva à construção de um novo estilo de vida, com novas estratégias e alternativas, onde a cultura tem uma dimensão essencialmente dinâmica e adaptativa (NOVAIS, 1993: 42).*

Maria Celestino de Almeida (2003) contribui com a discussão da dinamicidade da cultura com seu conceito de cultura de resistência adaptativa.

*A compreensão da cultura como produto histórico, dinâmico e flexível, formado pela articulação contínua entre tradições e experiências novas dos homens que a vivenciam, permite perceber a mudança cultural não apenas enquanto perda ou esvaziamento de uma cultura dita autêntica, mas em termos do seu dinamismo, mesmo em situações de contato, quando as transformações se fazem com muita intensidade e violência (ALMEIDA, 2003: 33).*

Partindo do exposto, Almeida identifica os aldeamentos como espaços de recriação da cultura a partir da prática estabelecida do contato, acrescentando que os índios contribuíram para o processo de sua metamorfose, atribuindo significados próprios a códigos adquiridos, conforme se relacionavam com o novo.

*Nessa perspectiva, é possível pensar os aldeamentos como algo mais do que um simples espaço de dominação e exploração dos colonizadores sobre os índios. É possível perceber em seu interior a gestação do que se pode chamar de uma cultura de resistência adaptativa desenvolvida num processo histórico concreto em que a própria cultura é constantemente recriada. Além das perdas culturais e étnicas, os índios aldeados puderam aprender ali novas práticas culturais e políticas que lhes permitiam colaborar e negociar com a sociedade colonial em busca das possíveis vantagens que sua condição lhes permitia [...] populações indígenas que, no contato com os europeus, aprenderam a manejar e manipular novos instrumentos em busca de seus interesses (ALMEIDA, 2003: 34).*

Assim, a aceitação da nova área pelo coletivo Guarani pode ser pensada como uma tática de sobrevivência e de política de manutenção cultural de uma sociedade distinta etnicamente. Uma vez que, diferentemente de outras comunidades indígenas que esperam pela

demarcação de seus territórios, e padecem com a lentidão da burocracia estatal da Funai, os Guarani tiveram suas terras demarcadas rapidamente, cujo interesse pela demarcação era intencional por parte da Usina. Se, por alguns momentos, houve atrasos, foram pelas reivindicações dos Guarani. Um espaço de 1500 hectares, a Itaipu insistia em não encontrar, ou, se encontrava, estava localizado em outras regiões longínquas, originalmente povoadas por comunidades Guarani Nãndeva.

Receber a nova área seria uma forma de criar um novo espaço de negociação com a Itaipu e a Funai, a luta pelos ideais guarani continuaria. As práticas seriam, no entanto, construídas a partir da experiência de viver naquele novo espaço. Estar na reserva permitiria conhecer melhor o outro, a sociedade nacional, e construir formas de luta para se pensar o amanhã e reocupar o território de 1500 hectares.

Minha estratégia é analisar esta questão como uma tática indígena de sobrevivência e organização em busca de novos territórios. Conforme Almeida, estar naquele espaço constituído pelo Estado permitiria conhecer as políticas estratégicas do mesmo, principalmente conhecer como a Itaipu era construída e representada pelo Estado. Permanecer em seu território permitira também voltar a dialogar/ negociar novos espaços.

O conceito de cultura de resistência adaptativa de Almeida fornece indícios de que os Guarani se fortaleceram e aprenderam a usar das políticas do Estado para reocupar seus territórios.

Atualmente novas táticas estão sendo reelaboradas pela comunidade indígena. Uma das mais expressivas foi a *entrada* de 55 índios da reserva Santa Rosa do *Oco'y* no Parque Nacional do Iguaçu no dia 3 de setembro de 2005. Os Guarani entraram 500 metros no interior do Parque, abriram uma clareira, improvisaram suas casas e tentaram reproduzir, segundo o cacique Simão Retã Tupã Villalva, seu modo tradicional de vida, pois a reserva não oferecia condições mínimas de sobrevivência.

### **Referências Bibliográficas:**

ALMEIDA, Maria Celestino de. **Metamorfoses indígenas**: identidades e cultura nas aldeias do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ARRUDA, Rinaldo S. Vieira. Imagens do índio: Signos de intolerância. In: GRUPIONI, Luís D. Benzi; VIDAL, Lux; FISCHANN, Roseli. (Orgs.). **Povos indígenas e tolerância**: construindo práticas de respeito e solidariedade. São Paulo: Edusp, 2001. p. 43-61.



CONRADI, Carla Cristina Nacke. **As ações do Estado Nacional e a trajetória política dos Guarani Nandeva no Oeste do Paraná (1977-1997)**. 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

NOVAES, Sylvia Caiuby. **Jogo de espelhos: imagens e representações de si através dos outros**. São Paulo: Edusp, 1993.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.